

APONTAMENTOS TEÓRICOS PARA CONCEPÇÃO DOS ESTUDOS MIGRATÓRIOS COMO UM CAMPO DE INVESTIGAÇÃO NA GEOGRAFIA¹.

Silvio Simione da Silva²

Resumo: Neste trabalho buscamos dar respostas a duas questões básicas sobre a problemática do estudo da migração na ciência Geográfica: Podemos entender os chamados “estudos migratórios” como um campo de investigação da Geografia? Como os processos de controle social, exercido ou não pelo Estado ficam evidenciados no caso dos estudos migratórios? Assim, para a primeira questão, apresentamos uma análise do estudo migratório como um campo de investigação da Ciência Geográfica, uma vez que do ponto de vista teórico a migração enquanto um processo social tem uma nítida dimensão espacial se encontrando no centro da investigação geográfica. Para a segunda, refletimos sobre os processos migratórios e o Estado, frente às possibilidades de controle social sobre a população. Partimos então, de situações concretas em que o processo migratório emerge no contexto da reprodução do espaço nacional e que em diversas circunstâncias o Estado, direto ou indiretamente, atuou possibilitando ou dificultando os processos migratórios no Brasil. Aí firmamos pontos para a compreensão do exercício do controle social e político do Estado tanto em sua presença como na sua ausência frente à problemática migratória.

Palavras chaves Geografia; migração; população - mobilidade; espaço.

Abstract: The present paper sought to answer two primary questions regarding the problematic of a study of migration in Geographical Science: 1) Can we understand the so called “migratory studies” as a field for the survey of Geography? 2) How does the social control processes whether carried on or not by the state are implied in the case of migratory studies? Therefore to the first an analysis of the migratory study was appointed as a field for surveying Geographical Science so that migration, as a social process provides a clear spatial dimension focused on a geographical survey according to the theoretical view. To the second, the migratory process and the state were considered in view of the possibility of a social control over the population. Therefore we've been based in concrete situations in which

¹ Trabalho apresentado como atividade de avaliação do **I Seminário de Doutorado** do Programa de Pós-Graduação em Geografia/FCT/UNESP/ Presidente Prudente, sobre a temática “**Migrações e Estruturação do Espaço Geográfico: enfoques tradicionais e novos aportes**”, ministrado pelo Prof. Dr. Hélon Póvoa Neto (UERJ), em 27 de abril de 2001.

² Doutorando no Curso de Pós-Graduação em Geografia /FCT/UNESP/Presidente Prudente - 2001. Professor Assistente do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Acre – (UFAC). E-mail: ssimione@bol.com.br

migratory process rises based on a context for reproducing a national space and, under various circumstances the state has acted to provide or to make directly or indirectly difficult the migratory process in Brazil. However a social and political state control practice both in its presence or absence were understand before the proposal of migratory problematic.

Keywords: Geography; migration; population-mobility; space.

THEORETICAL NOTES TO CONCEPTION OF THE MIGRATORY STUDIES AS A GEOGRAPHICAL RESEARCH AREA

1. O estudo migratório como um campo de investigação da Ciência Geográfica

A discussão sobre os estudos migratórios como um campo de investigação na Ciência Geográfica, deve ser tratado no âmbito de nossa própria concepção desta ciência. Portanto, partindo de uma concepção de Geografia como ciência humana/social, podemos compreender a migração como expressão da mobilidade de uma sociedade que se reproduz e se reterritorializa, à medida que migrar é um processo fundamental na dinâmica da reprodução social do espaço, sobretudo em sociedade com grandes disparidades socioespaciais em seu território.

1.1 O problema da migração no contexto dos estudos populacionais em Geografia.

Assim, o primeiro passo para esta tarefa será localizar a visão conceitual da ciência no seu próprio contexto. Admitindo as dicotomias tradicionais da Geografia e, referindo-se a Geografia Humana, GEORGE (1986, p. 76) afirma que af: "... as pesquisas se distribuem segundo cinco grandes orientações principais: Geografia da População, Geografia Agrária, Geografia Industrial, Geografia Comercial e Geografia Urbana".

Pode-se admitir, então que a migração constitui-se como área de investigação por excelência da Ciência Geográfica, no tocante aos estudos da população. Todavia, aceitando uma relação de aparência & essência no "objeto" da Geografia, enquanto ciência humana/social, a dinâmica da população não pode ser vista apenas como uma expressão numérica de indivíduos, mas sim, como expressão da sociedade, ou melhor, dos conflitos que promovem estas dinâmicas, que situam no âmago do objeto da investigação geográfica.

Aprofundando a questão, propomos que a Geografia seja compreendida como análise reflexiva sobre a produção e reprodução do espaço. O espaço enquanto uma categoria geográfica é visto como produto de relações de produção que geram as inter-relações do humano-social, em face da própria dinâmica do modo de produção vigente. O espaço geográfico como uma realidade social é expresso em diversidades (sociais, econômicas, espaciais, política, ambiental e cultural) produzidas e reproduzidas por relações de interdependências recíprocas entre a sociedade e, desta com a natureza, submetida pelo capitalismo (inclusive, reproduzindo relações não-capitalistas no processo de subordinação e dominação da natureza). Todavia, "a sociedade, porém, não é uma sociedade de homens iguais: é uma sociedade de classes sociais. Portanto, a essência da aparência estará ditada pelo caráter histórico que o trabalho adquire em cada sociedade" (MOREIRA, 1993, p.68). Aí residem processos desiguais e contraditórios, mas que são as "molas mestras" da dinâmica capitalista na reprodução do espaço, no contexto dos interesses diversos de classes sociais que se confrontam. São nestes processos que os estudos migratórios se materializam como objeto de investigação da Ciência Geográfica.

Assim, concebendo o objeto de estudo da Geografia como a reprodução de relações de produção formadora do espaço geográfico que é, por excelência o *locus* para realização da sociedade, ao fazermos uma investigação geográfica, intercalamos com diversas dimensões populacionais da vida de grupos sociais, que neste contexto produtivo do espaço, tem na mobilidade forma de expressar e constituir processos de sobrevivência criando e se recriando em novos arranjo espaciais. É claro que isto ocorre no âmbito da própria subordinação que o capital faz da população, enquanto detentora do trabalho – elemento exclusivo para produção de riqueza ao capital. A migração é condição para reprodução do capital com o deslocamento de agentes do trabalho (a mobilidade do trabalho) para outros lugares de maior conveniência (necessidade) numa dimensão temporal deste processo.

A mobilidade da população, portanto, mais que uma ação isolada se manifesta uma ação coletiva, ou melhor, social, em que poderá refletir a própria mobilidade das relações de produção na reterritorialização do trabalho, no âmbito da subordinação da reprodução capitalista do espaço incorporado pela sociedade em que vivemos.

1.2 Diferentes formas de encarar a migração e seus reflexos no estudo geográfico da questão

Neste item, tendo por base o trabalho de Póvoa Neto (1997), pretendemos caracterizar os três grandes troncos teóricos dos estudos migratórios, para em seguida relacionar como isto implicará no tratamento da questão como campo de investigação dos estudos geográficos de população.

A **primeira abordagem** reúne autores que fazem uso de “**uma concepção neoclássica do espaço e das migrações**”. Aqui, a migração mais que uma expressão demográfica é um fator econômico “representando deslocamentos espaciais de trabalhadores no espaço geográfico”, destacando-se a individualidade do migrante na dinâmica global do mercado capitalista (Póvoa Neto, 1997, p.15).

O migrante, nesta concepção é visto como um “portador de trabalho” e o espaço como *locus* para realização da produção, mas que pode apresentar-se equilibrado ou desequilibrado. Dependendo das combinações destas características espaciais, os movimentos de fatores produtivos serão desencadeados.

A segunda abordagem se refere à **concepção histórico-estrutural**. Esta se centra na “análise de grupos e classes sociais a sofrer a força de estruturas sociais que explicam a maior ou menor propensão à migração” (Póvoa Neto, 1997, p. 17). A migração vista como um fenômeno social, pode ser compreendido junto aos demais processo da sociedade. Neste caso, sendo concebida a condição do fenômeno migratório no contexto social, a explicação para tais situações não residiria nos migrantes em si, pois se trata de uma situação estrutural da sociedade em que o processo gerado é resultado de uma formação histórica. Somente a estrutura da sociedade caracterizada em sua dimensão espacial numa dada estrutura histórica, permitiria vislumbrar as áreas geradoras e receptoras destes fenômenos. Nesta concepção os números de dados demográficos, por si só, revelam muitas coisas dos processos migratórios quando localizados espacialmente em suas significâncias.

A terceira abordagem se refere à **concepção de mobilidade do trabalho**, calcada na teoria marxista. Nesta a visão as migrações devem ser encaradas como pressupostos econômicos da realidade do trabalho social:

O capitalismo ao gerar trabalhadores excedentes, separados de seus meios de existência, cria a necessidade dos deslocamentos à busca de trabalho. A disponibilidade de tais trabalhadores, apresentando-se para o assalariamento

nos mais diversos pontos do território, torna-se por sua vez condição necessária para a própria existência da acumulação do capital (Póvoa Neto, 1997, p. 19).

Neste sentido, a investigação da questão da migração não passará por uma compreensão da redistribuição espacial da população, mas pela compreensão daquilo que define o próprio conceito de mobilidade “como a trave mestra de toda a estratégia de desenvolvimento capitalista”, enquanto motivadora da própria migração (Gaudemar *apud* Póvoa Neto, 1997, p. 19). Não há um deslocamento de pessoas simplesmente, mas de força-de-trabalho, em que o deslocamento de grupos de trabalhadores é apenas uma dimensão do processo de reprodução capitalista. A migração aparece, não como uma escolha individual, mas como uma estratégia de sobrevivência aos trabalhadores, enquanto grupos sociais que se deslocam em busca de trabalho e, nisto o capitalismo gera as condições para que estes se coloquem em movimento: desestabiliza e expropria estruturas produtivas no local de saída e recria possibilidade de reinserção noutros locais, ainda que muito distante.

Não pretendemos fazer aqui o contraponto entre estes três conjuntos de abordagem, embora reconhecendo a crítica que sucede de uma a outra abordagem, ressaltamos, entretanto que o referido trabalho de Póvoa Neto (1997), faz esta distinção com extrema categoria. O que queremos demonstrar agora serão alguns pontos do estudo da questão migratória que convergem para a investigação geográfica, mesmo com estas diversidades de abordagens.

Do ponto de vista da implicação da questão migratória no espaço geográfico, para os “neoclássicos” a medida em que fossem sanando os desequilíbrios este se tenderiam a homogeneizações. Aí, então, a migração entra como um fator fundamental para a “chamada” (re) “organização do espaço”.

O enfoque “histórico-estrutural” põe em evidência as diferenças estruturais de área de migração, o que favorece a “realização de estudos regionais”, colocando em destaque problemas espaciais como, por exemplo, êxodo de populações de setores tradicionais, a urbanização precoce de cidades, enfim outras situações que demonstram as dimensões estruturais da migração. Nestes pontos, pode-se dizer que está constituído as possibilidades de investigação geográfica, enquanto uma análise das relações estruturais que historicamente atuam na configuração e diferenciação no espaço geográfico. O estudo de redes sociais (Romella, 1995) no

contexto da migração é um desdobramento atual deste enfoque.

Na análise das questões da migração no conjunto da “mobilidade do trabalho”, reside uma dimensão muito importante da investigação geográfica, pois, refere-se a movimentos de forças produtivas (capital e trabalho), que numa visão mais ampla do processo representa a territorialização do capital e do trabalho no seu constante processo reprodutivo e contraditório, construindo e reconstruindo espaços.

Portanto, a Geografia não pode deixar de lado o processo histórico, a estrutura, a dinâmica econômica ou as relações de produção que estão nas raízes da mobilidade de uma população num determinado espaço. Assim, não há um determinante da migração, mas as dinâmicas geradas são produtos de múltiplas situações promotoras, passando por dimensões socioculturais e chegando até aquelas dimensões política, exercida pelo o Estado e pela sociedade, em face aos conflitos de classes que aí são gerados.

Consideramos então, que a investigação geográfica dever ser sensível para distinguir as razões das diversidades que atingem a população e levam-na a se locomover em diversas dimensões dos espaços territoriais. E, nisto podemos apreender a questão da construção e reconstrução de espaços dos migrantes, mas um espaço que como observava SILVA, (1990, p.61), “não é só esse espaço de ‘inércia dinâmica’ [...], que contém os recursos e o capital. Mas [...] o espaço de vida, de tal modo que se possa dizer que viver, no presente, é continuamente estar a abrir espaço, desde o da habitação até o da vida afetiva”. Certamente a migração como um elemento que atua na formação do espaço geográfico, passa por este “estar a abrir espaço” que salientou o referido autor.

A investigação geográfica destas questões deve passar por esta multiplicidade de objetivo dado que o espaço geográfico é, antes de tudo, o espaço da vida.

Feito estas considerações, podemos passar a análise do papel do Estado enquanto instância de decisão política, em sua atuação sobre a questão migratória.

2. Os processos migratórios e o Estado: possibilidades do exercício de controle social sobre uma população.

Tratando da questão migratória como um problema social, temos que considerar sua dimensão histórica, enquanto processo produzido ao longo de gerações

que contraditoriamente ao se firmar no lugar, plantaram raízes para dar sustentação à formação e consolidação do Estado. São nestas situações que se materializam as condições de formação do espaço da sociedade nacional e, é neste processo que o desenvolvimento de relações de produção dá ao construto social a configuração geográfica no espaço político definido, ou seja, no território.

O Estado, enquanto instância de poder, territorializa-se sobre uma sociedade que lhe dá as condições de existir social e politicamente como território. Serão nestas condições de existência que ele atuará sobre esta população formalizando as políticas que lhe darão sustentação institucional e representativa do social. Nestes sentido, sendo ele dominado por facções da sociedade que resulta da luta de classes subjacente no seu processo de existência, as políticas implantadas nem sempre representa a grande maioria da sociedade, mas sim o interesse da classe hegemônica que o domina.

Partindo destes pressupostos sobre o papel do Estado, entendemos que este sempre teve uma atuação sobre os processos gerais que atingem a sociedade, inclusive no que se refere à própria dinâmica da população em seu território. Assim, podemos afirmar, desde já, que o Estado (estamos designando o aqui enquanto instância de poder que se processa desde da condição de governo nacional até municipal) direto ou indiretamente exerce um controle social no processo de mobilidade que se dá em seu, e para seu território.

Diretamente, podemos analisar que este controle se dá quando o poder público age deliberando incentivos à migração (tanto do sentido de “receber como de enviar” migrantes) como, por exemplo, ocorreu no Brasil no século XIX e XX, com imigração de estrangeiro e, nas diversas etapas de articulação da fronteira econômica interna desde 1930. Também, age diretamente quando difunde políticas de controle de entrada de estrangeiro; quando recebe técnicos de empresas multinacionais que passam a residir no país e entram sem maiores restrições; ou ainda, quando em cidades prósperas as autoridades locais baixam, ou tentam baixar leis que controlem ou inibem a entrada ou permanência de migrantes. No Brasil, neste último caso, em geral se trata de trabalhadores que busca novas oportunidades de sobrevivência distante de sua terra natal. De qualquer forma, pode-se dizer que do ponto de vista oficial, o migrante para um mercado de trabalho em expansão é sempre de grande importância, porém quando este mercado atinge seu grau de saturação, estes passam a constituírem *personas non grata* nestes novos espaços que buscaram para se reinserir no processo produtivo (PÓVOA NETO, 1997).

Indiretamente, acreditamos se tratar de uma questão mais polêmica, pois, referimo-nos àquelas situações em que perante o processo de desenvolvimento desencadeado pelo poder público e privado e a ausência de uma política de inclusão social, parte da população é atingida e expropriada e passando a gerar fluxos migratórios. Do ponto de vista concreto, a aparência é que o Estado não exerce influências sobre estes grupos, mas subjetivamente, estes sujeitos sociais expropriados de seu lugar, buscam em outros lugares encontrar a possibilidade de reinclusão no mercado de trabalho ou de um espaço para a reprodução camponesa. Aí chegamos à questão do papel do Estado: sua presença se dá exatamente nesta ausência que não é factual, mas uma questão estrutural. Esta ausência é derivada da essência burguesa do Estado, que é dominado por uma classe que se opõem a grande massa trabalhadora, trazendo no seu exercício de poder o acirramento do conflito capital & trabalho. Daí deriva as relações sociais que geram tais processos de exclusão e expropriação, levando a mobilidade de trabalhadores em busca de uma reinclusão no mercado, ainda que seja espacialmente, muito distante.

Ademais, neste contexto, com relação à sociedade em que vivemos, caberia muita bem a questão colocada por Martins (S.d., p.31):

É uma sociedade que tem como lógica própria tudo desenraizar e a todos excluir porque tudo deve ser lançado no mercado; para que tudo e todos sejam submetidos às leis do mercado. A lógica do sistema capitalista é o mercado, é o movimento, é a circulação: tudo tem que ser sinônimo ou equivalente de riquezas que circula, de mercadoria.

Voltando à questão da ausência do Estado, podemos dizer então que ao viabilizar o projeto de uma sociedade burguesa nestes moldes, permite a garantia da formação de um exército de reserva de mão-de-obra, não somente industrial, mas também comercial e até mesmo rural de trabalhadores, em pontos estratégicos para o desenvolvimento pleno do capitalismo. Neste caso, estamos referindo a um poder público em que seus signatários conduzem o estado como os verdadeiros guardiões da realização de uma sociedade capitalista. A presença indireta de um controle social se dá na ausência direta do poder público em certos setores socioespaciais constituídos. Para exemplificar, parece-nos bastante ilustrativos a situação histórica do sertanejo no sertão nordestino, como um processo interno do Brasil; a situação dos brasivianos na fronteira amazônica com a Bolívia, como um

processo de emigração de brasileiros (aí, ora são recebidos, ora expulsos pelas autoridades bolivianas); e, a situação dos angolanos no Rio de Janeiro, como um exemplo de estrangeiros no Brasil. Acrescentam-se ainda os constantes fluxos migratórios internos no sentido campo/cidade (já nem tanto acentuado na atualidade do Centro-Sul brasileiro, mas ainda presente em várias partes da Amazônia) e cidades menores para as principais cidades regionais etc.

Portanto, demonstramos com isto que os estudos migratórios, em Geografia, devem evidenciar em seu contexto analítico a questão do controle social exercido pelo Estado (e até pela sociedade, que às vezes força medidas políticas de restrições) que, diretamente ou indiretamente, influencia sobre a mobilidade de grupos sociais, tanto que se dirigem para o seu território, como os que saem deste para outro. O que notamos é que muitos estudiosos ao centralizar sua análise em questões econômicas ou estruturais ressaltam, quando muito, as situações diretas, não vêem a origem do poder de coerção exercido sobre grandes massas sociais expropriadas que se “colocam a caminhar”. Nisto, certamente há um empobrecimento do sentido da migração. A ausência é visto como algo natural, quando é condição para a viabilização de outros processos produtivos do conjunto da sociedade burguesa.

Agora para uma melhor visualização destes pontos, vamos fazer uma análise sucinta de algumas situações concretas, do papel do poder público e do controle social, ao longo do processo histórico da questão migratória no Brasil.

2.1 A questão migratória e o controle social no Brasil: apontamentos para uma reflexão sobre o assunto.

Neste item, pretendemos demonstrar, no contexto da formação política, econômica e territorial do Brasil, situações que exemplifique as questões anteriormente levantadas e que permita um aprofundamento do entendimento.

A primeira questão que temos, foi que os portugueses ao se apropriar do território brasileiro, logo iniciaram com uma política de ocupação deste espaço, em que podemos caracterizar como a primeira intervenção oficial no controle migratório para o território d'além mar. Era exclusivamente migração lusa, composta de mão-de-obra (grupos sociais marginalizados ou semi-excluídos da sociedade portuguesa da época) para viabilizar atividades de exploração das riquezas destas terras. No aprofundamento destes processos produtivos teve-se desencadeado o

tráfico de negros africanos e a mobilidade interna das populações autóctones.

Saindo desta fase inicial, podemos caracterizar como um marco fundamental do controle social dos processos migratórios para o Brasil a chegada da Família Real Portuguesa na segunda década do século XIX e a migração estrangeira. Data de 1819, a chegada dos primeiros grupos de migrantes estrangeiros de origem não portuguesa, que foram cerca de 2003 suíços que fundaram Nova Friburgo no Rio de Janeiro. Nos anos seguintes, seria então elaborado uma primeira legislação que favorecia a entrada de estrangeiros em território brasileiro que iria prevalecer sobre toda política migratória, até a segunda década do século XX. Assim, levas de europeus de origens suíças, alemãs, italianas, espanholas etc., e asiáticos de origens japonesas, libaneses, sírios etc., migraram para o Brasil (Pereira, 1978).

Neste processo há algumas questões conjunturais que estão presentes no alcance dessas medidas de políticas populacionais. Primeiro, salienta-se que tratava de uma migração predominante de trabalhadores, sem negar as poucas exceções. Ressalta-se, então do ponto de vista interno, que esta migração viria com os seguintes objetivos: de ampliar do mercado de mão-de-obra, com experiência mais apurada tanto na agricultura como na indústria, frente às restrições que já eram colocadas ao trabalho escravo, até a “abolição” da escravatura (em 1888); de promover o povoamento do país com um embranquecimento população; de ampliar o mercado de consumo num país de grandes extensões territoriais; e por fim, de aumentar o espaço da empresa capitalista tanto na agricultura como na incipiente indústria com a garantia da mão-de-obra. Do ponto de vista externo, para os países de origem, é indiscutível que se tratava de uma estratégia de se desafogar dos sérios problemas sociais que viviam, na condução dos processos de desenvolvimentos liberal em voga. Assim, esses migrantes que eram indesejados em seus países de origem, para o processo de desenvolvimento socioeconômico brasileiro eram mãos-de-obra muitas preciosas.

Por volta de 1930, novamente emerge o poder político já no “Estado Novo”, para atuar no controle da migração estrangeira. Medidas políticas de restrições à migração estrangeira são editadas, inclusive com decretos leis (p.e., Decreto Lei nº 3.175/07/04/1941) restringindo a percentuais muitos baixos a entrada de estrangeiro no país. Em 1945, estas restrições foram revogadas e passava ao Congresso Nacional o poder de decidir sobre autorização de entrada de estrangeiros legalmente no país. Assim no início da década de 1950 há um reinício de migração estrangeira que, vai decaindo gradativamente nos anos seguintes. Então, as dinâ-

micas internas da população passam a predominar (Pereira, 1978).

A migração interna foi um processo contínuo ao longo da formação e consolidação do território nacional. Sempre houve fluxos de população que se adentrava para o interior em busca de terras para trabalhos, ou seja, expropriados pelas forças produtivas do capitalismo avançam do litoral para o interior, estes trabalhadores vão à frente promovendo o “amansamento da terra” no âmbito de frentes de expansão. Todavia, podemos tomar como ponto para identificar uma política de direcionamento de fluxos migratórios internos e para regiões limítrofes do Brasil, a segundo metade do século XIX, quando se dá o início da migração para a Amazônia em busca do extrativismo vegetal da borracha. Neste período, levas de trabalhadores foram arrematadas no Nordeste para ir trabalhar na Amazônia. Isto marcava a ocupação capitalista de regiões que somente eram povoadas por indígenas (para os quais este processo significou quase um extermínio), culminando com a “anexação” do Acre ao Brasil em 17 de novembro de 1903 (com Tratado de Petrópolis).

De 1930 em diante, os processos de migrações internas sobressaem e intensifica gradativamente (Pereira, 1978). Nisto destacam-se os movimentos em nível inter-regional tendo o Nordeste como área dispersora de fluxos que se direcionam no sentido Sudeste/Sul e no sentido oeste para o Centro-Oeste e Norte (Amazônia). Destaca-se neste período a intervenção do governo federal que durante a II Guerra mundial, numa estratégia de economia de guerra, em pleno acordo com os aliados ingleses e norte-americanos, executa um plano de urgência para a produção de borracha (com órgão de colaboração internacional como o RDC – Rubber Reserve Company dos EUA, e nacional como o SEMTA – Serviço de Mobilização de trabalhadores para a Amazônia, dentre outros – criados no período da Guerra) e, homens de várias partes do país, em especial do Nordeste, foram recrutados para ir para a Amazônia, trabalhar e sustentar as despesas com a batalha – eram os “soldados da borracha” (Martinello, 1985).

Após o final da II Guerra Mundial, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1950, começam acelerar os já iniciados processos de migrações internas, em fluxos migratórios de menores distâncias. Nas décadas seguintes, são as migrações inter-regionais e interestaduais que demonstram o caráter interno desses processos nas unidades políticas menores, ou seja, as migrações intra-estaduais e intra-municipais – caracterizando os fluxos de correntes campo/cidade, e cidades menores para cidades maiores (cf. Hugon, 1973; Pereira, 1978; Singer, 1978), num

complexo processo de deslocamento em que cidades menores são trampolins para os migrantes que deixam o campo, migrarem posteriormente para as cidades maiores.

Cabe-nos agora fazer uma distinção quanto à atuação do estado no exercício de um controle social destas correntes migratórias.

Voltando um pouco no tempo, podemos notar que centralização do desenvolvimento econômico na zona cafeeira do Sudeste, em especial, no estado de São Paulo, paralelo a incipiente industrialização que aí já se fazia presente nas décadas iniciais do século XX, com a formação de um considerável mercado de trabalho, constituía-se aí uma área de forte atração para as correntes migratórias nas décadas seqüentes, sobretudo, do Nordeste. Também seria daí que partiria os incentivos de ocupação de novas áreas agrícolas no Paraná, Oeste Paulista, Goiás, Mato Grosso, direcionando fluxos migratórios na ocupação da fronteira agrícola próxima que predominou até início da década de 1960. Por volta do final da década de 1950 e início da década de 1960, a industrialização do país já caminhava a passos largos e a modernização econômica imprimia novos ritmos ao modelo de desenvolvimento implantado, inclusive com a chamada "modernização da agricultura" e com a expansão do processo de ocupação das fronteiras econômicas distantes, na Amazônia.

A integração da fronteira amazônica ao espaço produtivo econômico nacional, centralizado em torno do Sudeste, a partir de meados da década de 1950, viria como um efeito maior de uma política de povoamento do interior do país, num processo que buscava garantir a reafirmação do domínio capitalista da propriedade da terra e de recursos naturais destas áreas, numa ampliação do mercado produtor de matérias-primas e de consumo para a economia capitalista em franca rearticulação no território nacional. Assim, a construção de Brasília, o plano rodoviário nacional e os planos de desenvolvimento e integração nacional desencadeados a partir de então, marcavam uma intervenção concreta do Estado brasileiro na questão migratória, sobretudo, no que se refere ao deslocamento de mão-de-obra e amenização dos conflitos sociais emergentes em todo o país, na ampliação de mercado e, enfim, pautados em discursos nacionalistas patrióticos, visando produzir estratégias para que a economia capitalista pudesse adentrar a territórios e grupos sociais que estavam até então, semi-marginalizado do processo produtivo nacional.

Portanto, contraditoriamente, à medida que se criavam incentivos financeiros

e creditícios para os processos de modernização da agricultura e investimentos na fronteira, emergiam os processos de expropriação de trabalhadores no Centro-Sul. Medidas paliativas surgem com as políticas de incentivos de transferências desta mão-de-obra para a Amazônia. Tais políticas originam-se de uma questão básica em que a mobilidade da população trabalhadora viria como condição de viabilização do processo produtivo capitalista na fronteira, pois conduziria as forças produtivas do trabalho para onde eram escassos ou insuficiente do ponto de vista qualitativo. O Estado apareceria como gerenciador e promotor da ocupação destes espaços para a iniciativa privada e "indiretamente" como administrador de conflitos gerados. Assim, ao mesmo tempo em que deveria recriar espaço para o capital, também daria vazão aos problemas dos conflitos sociais, em especial no Centro-Sul e Nordeste, recriando espaços para a produção camponesa na fronteira.

Do ponto de vista das migrações de curta distância, vamos tomar como parâmetros pontos que se referem ao êxodo rural e a migração de cidades menores para cidades maiores. Estes processos devem ser entendidos, no contexto da capitalização do campo que cresce desigualmente no espaço, entre grupos de produtores. O Estado ou a iniciativa privada financia estes processos, contudo as populações trabalhadoras são excluídas das benfeitorias. Aí as desigualdades crescem. Há um processo de expropriação que exclui grupos sociais de uma região e reinclui, ainda que marginalmente, noutra. Aquela população que não ingressou na migração para a fronteira, então buscará as cidades. Dentro desta conjuntura, a aparente ausência do Estado já se faz presente nas raízes dos processos migratórios.

Ademais, nas décadas de 1960 e 1970, em que tais processos começavam a acirrar, havia incentivos do poder público de cidades que procurava atrair população tanto do campo como de outras cidades, para a formação de um mercado de mão-de-obra atrativo às empresas e/ou para garantia de condições de sustentação de uma possível emancipação política. Doavam-se terrenos, facilitava-se acesso a financiamento para habitação, abria-se frente de serviços etc., eram os poderes públicos criando atrativos para correntes migratórias.

Em períodos mais recentes, quando os excedentes de mão-de-obra em áreas urbanas não encontram vazão para seu potencial de trabalho no mercado, esta população se constituiu em problema para o poder público. Frente a tais situações tem se tornado comum as políticas de restrições a migração e até de inibição da presença dos migrantes trabalhadores (sem ou com menor qualificação), como em alguns municípios do Centro-Sul brasileiro, em que o poder público local tem agi-

do com propostas para que esses migrantes deixem seu "território de administração", patrocinando, inclusive, viagens de retorno (o que fere a Constituição Brasileira na garantia do direito de "ir e vir" de cada cidadão).

São nestas condições que é exercido os controles sociais, como Póvoa Neto (1997, p. 22) nos explica:

Simultaneamente ao diagnóstico quanto à intermitência dos fluxos migratórios e a fluidez do mercado de trabalho, políticas ativas de controle dos deslocamentos populacionais começam a se tornar corriqueiras no país. As chamadas cidades médias das áreas mais prósperas do Centro-Sul, que conhecem a partir dos anos oitenta um ritmo de crescimento demográfico e econômico acima da média nacional buscam impor, para os migrantes recém-chegados, regras semelhantes às que os países centrais impõem a imigrantes estrangeiros. Ações policiais, atuação de assistentes sociais das prefeituras, entrega de passagens de volta aos indesejáveis: generaliza-se uma política de 'fossos' contra os que buscam o trabalho agora visto como escasso.

No âmbito geral da questão, a população, vista como um instrumento de produção deslocado de um lugar para outro, expropriada e recolocada noutras condições, está sempre buscando forma de reinclusão no mercado de trabalho e de consumo, ou pelo menos, de conquistar um espaço de sobrevivência (a terra do camponês, o barraco do favelado etc.). Quando esta inclusão não vem nas formas convencionais de uma sociedade capitalista, as necessidades fazem gerar alternativas próprias para a reinclusão. Nisto constroem-se modos de vidas para uma inclusão marginal com atividades acessórias como: coletores de papéis, catadores de lixo e até a delinquência, prostituição etc. (Martins, S.d.), que produz uma inclusão pelo menos econômica e garantem-lhes condições de consumidores, embora socialmente sejam excluídos. Esta relação contraditória pode ser entendida, pois, na lógica da acumulação capitalista, geralmente, a origem do dinheiro não importa para quem o acumula; e, portanto, "esses renegados", assim no mercado, também se colocam como consumidores.

Para finalizar, queremos salientar que o que fizemos aqui foi demonstrar que a ação de um controle social sobre a questão migratório pode ser abrangente, porém traz muitas especificidades que às vezes passam despercebidas em certas

análises. Seria muito cômodo jogar a culpa de tudo no próprio migrante, pois na aparência do processo há aqueles que dizem que problema não só está no migrante, como ele é o problema. A questão é transferir o problema para a causa essencial que está nas áreas de atuação dos gestores do espaço nacional e da sociedade, mediado por interesses conflituosos de classes sociais: o processo social de produção capitalista, do qual o Estado Burguês é a instância responsável pela administração dos conflitos que o produz no âmbito da sociedade em seu território.

Ao Geógrafo que estuda estas questões, cabe desvendar estes vínculos no âmbito de sua investigação na Ciência Geográfica.

Bibliografia

- GEORGE, Pierre. **Os métodos da Geografia**. 2.ed. São Paulo: DIFEL, 1986. 119p.
- GEORGE, Pierre. **O homem na terra: a Geografia em ação**. Lisboa: Edições 70, 1989. 182p.
- GOMES, Horieste. **Reflexões sobre teoria e crítica em Geografia**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991. 121p.
- HUGON, Paul. **Demografia Brasileira**. São Paulo: Atlas, 1973. 342p.
- MARTINELLO, Pedro. **A batalha da borracha na Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências para o Vale Amazônico**. São Paulo, 1985. Tese (Doutorado em História). Departamento de História, Universidade de São Paulo.
- MARTINS, José de Souza. O problema das migrações no limiar do Terceiro milênio. In: SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES et al. **O fenômeno migratório no limiar do Terceiro Milênio: desafios pastorais**. Petrópolis: Vozes, 1998. p.19-35.
- _____. O falso problema da exclusão e o problema da inclusão marginal. In: _____. **Exclusão social e a nova desigualdade**. S.l.: Paulus, S.d., p. 25-47.
- MOREIRA, Rui. **O que é Geografia**. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993. 113p.
- PEREIRA, Wladimir. **Demografia do subdesenvolvimento: formação de recursos humanos em países subdesenvolvidos**. São Paulo: Saraiva, 1978. 294p.
- PÓVOA NETO, Hélión. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil

atual. Novos desafios para a análise. In: **Revista Experimental**, S.l., mar/1997, n.2. p. 11-24.

_____. Itinerários da mobilidade garimpeira. In: SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES et al. **O fenômeno migratório no limiar do Terceiro Milênio: desafios pastorais**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 203-224.

RAMELLA, Franco. Por un uso fuerte del concepto de red em los estúdios migratórios. In: **Inmigracion y redes sociales en la Argentina moderna**. Tandil: CEMLA-IEHS, 1995. p. 09-21.

SANTOS, Milton. Entrevista. **Revista Veja**, nov. 1994). (Sem outras notas tipográficas).

SILVA, Armando Correia da. Ponto de vista – pós-marxismo e o espaço cotidiano. In: ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS. **Geografia: pesquisa e prática social**. São Paulo: Marco Zero, 1990. p. 59-62.

SILVA, Silvio Simione da. **A fronteira agropecuária acreana**. Presidente Prudente, 1999. 375p. Dissertação (mestrado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista – FCT/UNESP.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1978. 152p.